



## **Escola Popular de Design:** experimento e diálogo entre o design e os movimentos sociais populares

Palavras-chave: educação popular, movimentos sociais, ensino de design

**Sâmia Batista e Silva;** UFPA; Belém, PA, Brasil  
samia79@gmail.com

**Bibiana Oliveira Serpa;** UFRJ; Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
bibianaoserpa@gmail.com

### **1. Introdução: abrindo a roda do design para os movimentos sociais**

Apresentamos aqui algumas construções embrionárias a respeito das possibilidades de criação de espaços pedagógicos de design inspirados em movimentos sociais populares. Tal argumento vem sendo elaborado desde 2018, por designers pesquisadoras que, à época, desenvolviam seus estudos de doutorado em design na Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ). Imbuídas de influências diretas e indiretas de movimentos sociais instituídos ou em vias de instituição, elas passaram a vislumbrar a possibilidade de incorporar motivações, métodos e processos de construção da realidade desenvolvidos nas lutas por direitos à terra, educação, feminismo e demais pautas pelas quais militavam. Fortalecendo tais inspirações, a leitura de autores da educação popular e do pensamento crítico direcionaram as pesquisadoras a esboçar caminhos para a estruturação de uma Escola Popular de Design, que corporifique as confluências possíveis entre o campo do design e os conhecimentos que emergem nas resistências encampadas pelos movimentos sociais populares. No âmbito prático, pesquisadoras têm desenvolvido pesquisas de campo e engajamentos solidários nas realidades dos movimentos sociais, vinculando a universidade nas lutas desses coletivos e envolvendo outros pesquisadores e discentes.

### **2. A transformação necessária ao ensino de design**



Desde a criação do primeiro curso de graduação de Design no Brasil, em 1963, a Escola Superior de Desenho Industrial no Rio de Janeiro, autores da área vêm refletindo sobre a importação de práticas projetuais estrangeiras nos projetos pedagógicos dos cursos de design (Souza Leite, 2006), revelando como a conformação política e econômica do Brasil acabou por definir os processos educacionais do campo e, portanto, a cultura profissional em torno do projeto. A natureza das relações desenvolvidas no ensino e na prática profissional consolidaram as relações prescritas pelo modelo capitalista de característica periférica, configurando-se como hierárquicas, antidialógicas, prescritivas e reprodutoras da dominação de um grupo sobre outro.

Entre a década de 60 e os dias atuais, além do ensino projetual canônico, muitas universidades buscaram desenvolver processos e práticas alternativos de design, a fim de contemplar demandas caracterizadas como "sociais" (Pons, 2006). Mais recentemente, pesquisadores vêm promovendo debates visando aprofundar a participação de designers em processos de emancipação social (Serpa et. al, 2021).

Mesmo em transformação, o campo ainda segue a teoria e prática do design hegemônico, orientado por padrões de investigação e experimentação projetual que, muitas vezes, se embasam em realidades estrangeiras (como laboratórios de arte e tecnologia europeus ou estadunidenses) e estabelecem hierarquias entre os designers e "os outros", mesmo que carreguem o argumento da participação. Tal tipo de relação é embasada prioritariamente em dinâmicas do mercado, estabelecendo vínculos de prestação de serviços.

Por outro lado, nas dinâmicas de movimentos sociais, as relações são construídas a partir da solidariedade e não no consumo (Serpa e Silva, 2021). Essas diferenças podem ser consideradas a partir dos processos de aprendizagem que definem as práticas projetuais no cotidiano dos movimentos sociais em suas lutas por terra, moradia, soberania alimentar, autonomia dos corpos e demais direitos essenciais. Entendemos que esses processos podem nos ajudar a repensar as práticas projetuais no campo do design, a fim de favorecer a construção de projetos coletivos e emancipatórios.



### 3. Movimentos sociais e a construção de conhecimento coletiva e engajada

Entendemos que a busca por caminhos alternativos para a teoria e a prática no campo do design deve se embasar em processos investigativos coletivos e engajados. Tais processos confluem, na América Latina, a partir de diversas fontes e ganharam diferentes nomes, como pesquisa participante, pesquisa ação-participativa, pesquisa militante. Essas apostas político-metodológicas compartilham objetivo de confrontar a prática hegemônica de construção de conhecimento e a disseminação de utopias coletivas.

Conforme Adams & Streck (2014), investigações de caráter participante são capazes de consolidar a unidade dialética entre a prática e teoria na produção de conhecimento. O corpo metodológico da chamada "pesquisa participante" surgiu no Brasil e na América Latina entre os anos 60 e 80, "em meio aos processos de modernização social, e inserido no contexto dos microprocessos de planejamento social e educacional" (GAJARDO, 1986, p. 11), incluindo uma variedade de iniciativas destinadas a fortalecer setores populares em seus processos de organização, mobilização e participação social. A construção teórico-metodológica da pesquisa participante pode ser entendida como um encontro de diversas referências teóricas, modelos de conhecimento social embasados em pesquisas científicas, porém reformulados conforme as realidades dos grupos sociais, tendo como premissa o compromisso entre grupos populares e produtores de conhecimento "reconhecidos" pela ciência.

Uma das fontes prolíferas da pesquisa participante são as experiências da Educação Popular, cujo objetivo é transformar as condições que reproduzem a dominação, a exclusão e a injustiça social. Esse posicionamento determina uma opção ético-política associada aos interesses dos grupos oprimidos e carrega princípios de dialogicidade e da leitura crítica da realidade como principais meios para a transformação das condições de vida destes grupos (Freire, 1967).

A leitura crítica da realidade é condicionante para a busca da libertação de opressões. A opressão é uma estrutura histórica, que se revela no sistema econômico, social, cultural e no modelo pedagógico, pelos quais são perpetuados mecanismos de exclusão que favorecem minorias enriquecidas pela exploração das massas populares. É essa estrutura que a Educação Popular visa combater, acumulando experiências e



aprendizados de múltiplas formas, de maneira dinâmica, adaptando-se à medida que os desafios se atualizam.

Muitos movimentos tem contribuído de forma ativa para a construção corpo teórico e prático da Educação Popular. A partir das experiências de educação no campo, o MST, por exemplo, vem consolidando seus processos pedagógicos com base em uma educação crítica, contextualizada e emancipatória, que contribue para a transformação da sociedade e para a edificação de um projeto popular para o campo. Roseli Caldart (2012) disserta sobre a visão de educação dentro do movimento a partir de lições aprendidas com a realidade do trabalho com a terra. Em suas premissas, o MST entende que a vida no campo não se sustenta sem a educação, pois somente a educação é capaz de manter as pessoas em movimento. Deste modo, a escola não é apenas um espaço formativo para os mais jovens, mas deve ser vista como um espaço de formação política, dedicada à organização e mobilização das populações camponesas. Nesse espaço, todas as vozes importam, das famílias, dos educadores e das crianças do campo.

O movimento feminista é outro sujeito político que vem desenvolvendo a teoria e prática da Educação Popular. Carmen Silva (2016), por exemplo, apresenta uma série de ações, ocorridas em Recife, que envolveram 13 grupos de mulheres de diferentes categorias (catadoras de material reciclado, trabalhadoras domésticas, jovens estudantes, entre outras). Com base na Educação Popular e nos processos de auto-consciência feminista, elas desenvolveram vivências formativas com enfoque feminista sobre a situação das mulheres, discutindo questões de poder, trabalho, corpo, sexualidade e violência. A construção de conhecimento partilhado avançou quando houve a possibilidade de criação de uma identidade política compartilhada, que é determinante para ação do movimento na sociedade. Essa série de ações, chamadas Cirandas Feministas, possibilitou reflexões sobre a auto-organização das mulheres como movimento social, alavancando a capacidade organizativa e de enfrentamento ao Estado na garantia e ampliação de direitos.

Com esses exemplos, queremos evidenciar o potencial da Educação Popular, que não busca apenas uma formação a partir de conteúdos específicos, ainda que esses sejam



essenciais; mais que isso, enxergamos a capacidade de formação crítica e política, capaz de dar contornos a movimentos pujantes e transformadores.

#### 4. Confluências finais

A partir da prática da pesquisa participante e da Educação Popular, criamos a Escola Popular de Design, um projeto ainda em sua fase inicial, que borra as margens da universidade para dialogar com os saberes das lutas populares. O design tem sido objeto de interesse dos movimentos, no entanto as teorias e práticas canônicas de design não indicam caminhos para esse tipo de diálogo e de trabalho. É necessário criar outras possibilidades para aprender e dialogar sobre design, transformando nossa própria concepção sobre o campo e ampliando o acesso ao conhecimento sobre design para outros sujeitos e disponibilizando esse conhecimento para lutas sociais.

Vislumbramos a possibilidade de gerar espaços de trocas e aprendizagem no campo do design que sejam inspirados pelos saberes e fazeres dos movimentos sociais e embebidos pela participação de grupos populares externos à universidade, a fim de favorecer confluências entre as lutas de diferentes grupos. Nesse sentido, entendemos que as construções pedagógicas desenvolvidas por organizações populares acumulam um conjunto de práticas que favorecem a reflexão e a ação voltadas para questões que envolvem a coletividade. Não queremos impor as práticas de design, mas compreender o que é possível fazer *juntas*. Mais do que respostas, esboçamos novos questionamentos sobre as possibilidades de constituição de uma proposta popular de design, que valorize mais os projetos para enfrentamento das desigualdades do que os projetos de diferenciação capitalista. Assim, buscamos contribuir para a tessitura de caminhos divergentes aos projetos de opressão que informam processos pedagógicos no campo do design, queremos trilhar por caminhos que levem à politização das teorias e práticas historicamente consolidadas. Aprender junto aos movimentos sociais coloca-se, assim, como um caminho possível de transformação de nós mesmas e do campo do design.

#### REFERÊNCIAS



Adams, Telmo; Streck, Romeu Danilo. **Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade.** 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

Caldart, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento sem Terra.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

Freire, Paulo. **Educação como prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Gajardo, M. **Pesquisa participante na América Latina.** Tradução: Tânia Pellegrini. Brasiliense, 1996.

Souza Leite, João de. **De costas para o Brasil: o ensino de um design internacionalista.** In: O design gráfico brasileiro anos 60, Chico Homem de Melo (Org.). Cosac Naify, São Paulo; 1ª edição, 2006.

Serpa, Bibiana. O., Van Amstel, Frederick. M. C., Mazzarotto, Marco., Carvalho, Ricardo. A., Gonzatto, Rodrigo.. F., & Batista, Sâmia. **Design como prática de liberdade: a Rede Design & Opressão como um espaço de reflexão crítica.** In Alvear, C; Cruz, C; Kleba, J. (Eds.). Formação para práticas técnicas engajadas, Volume II. Campina Grande, Eduepb, 2021.

Serpa, Bibiana O., Batista & Silva, Sâmia. **Solidarity as a Principle for Antisystemic Design Processes: Two cases of alliance with social struggles in Brazil.** In Leitão, R.M., Men, I., Noel, L-A., Lima, J. & Meninato, T. (Eds.), Pivot 2021: Dismantling/Reassembling, 22-23 July, Toronto, Canada, 2021. doi: <https://doi.org/10.21606/pluriversal.2021.0004>

Silva, Carmen. **Introdução.** In: Cirandas Feministas: experiências que se entrelaçam. Carmen Silva (Org). Recife: Edições SOS Corpo: Instituto Feminista para a Democracia, 2016.